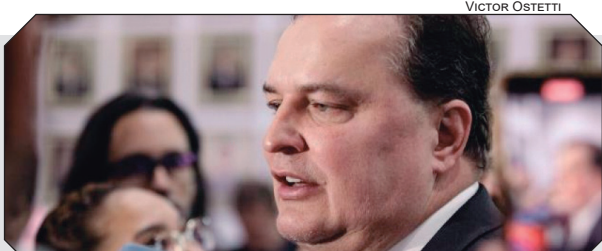


ENTREVISTA DA SEMANA

MAX RUSSI- DEPUTADO ESTADUAL E PRESIDENTE DA ALMT

“TUDO É CONSTRUÇÃO, TIJOLO POR TIJOLO”, DIZ PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SOBRE TRAJETÓRIA POLÍTICA



VICTOR OSTETTI

PÁGINA 03

ARTIGO

O Que você deve saber para garantir sua aposentadoria

MAIS NA PÁGINA 2



INVESTIGAÇÃO ELEITORAL

Naco, Gaeco e Policia Federal podem estragar planos de possíveis candidatos em 2026 em Mato Grosso

Fortalecimento das ações de combate à corrupção eleitoral preocupa lideranças políticas e pode redefinir o cenário das eleições.



O avanço das investigações conduzidas pelo Naco, Gaeco e Polícia Federal pode provocar um verdadeiro terremoto político em Mato Grosso nas eleições de 2026. Nos bastidores, lideranças políticas, pré-candidatos e grupos partidários acompanham com preocupação o fortalecimento das ações de fiscalização eleitoral e combate à corrupção no estado. A tendência é de uma eleição marcada por forte atuação dos órgãos de controle, especialmente diante da crescente pressão nacional por transparência, combate ao crime organizado e fiscalização do uso da máquina pública. Em Mato Grosso, o cenário já começa a ganhar contornos de tensão política e jurídica. Pág. 5

CÂMARA X PREFEITURA

Júlio Campos critica clima político em VG: “É lamentável esse nível de conflito”



Deputado afirma que conflitos políticos estão prejudicando o debate sobre problemas estruturais do município, como infraestrutura e serviços públicos.

PÁGINA 08

ARTICULAÇÃO

Ex-deputado Mauro Savi deve retornar à AL impulsionado por serviços prestados nos 141 municípios de MT

Apoio regional, experiência política e relação próxima com prefeitos podem impulsionar eventual retorno de Mauro Savi ao parlamento estadual.

O cenário político de Mato Grosso começa a ganhar novos contornos para as próximas eleições estaduais, e um dos nomes que volta a ganhar força nos bastidores é o do ex-deputado estadual Mauro Savi. Conhecido por sua forte atuação municipalista e pela ampla articulação política construída ao longo de

décadas, Savi aparece como um dos possíveis nomes competitivos para retornar à Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Pág. 6

RÁPIDA EVOLUÇÃO

Mato Grosso registra aumento de casos e mortes por meningite e especialistas alertam para riscos da doença



Dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) apontam que, entre janeiro e maio de 2026, foram registrados 33 casos da doença e oito mortes.

PÁGINA 07



RC | ADVOGADOS
E ASSOCIADOS

☎ 65 8101-5777

ARTIGO

O Que você deve saber para garantir sua aposentadoria

A aposentadoria representa uma das fases mais importantes da vida do trabalhador brasileiro. Depois de anos de dedicação e contribuição, é fundamental garantir que esse direito seja conquistado de forma segura, sem prejuízos financeiros e sem surpresas desagradáveis no momento de solicitar o benefício.

Muitas pessoas deixam para se preocupar com a aposentadoria apenas quando estão próximas de parar de trabalhar. Porém, o planejamento previdenciário deve começar muito antes. A falta de informação pode causar perda de tempo, redução no valor do benefício e até mesmo o indeferimento do pedido junto ao INSS.

A primeira orientação é acompanhar regularmente o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), documento que reúne todo o histórico de contribuições do trabalha-

dor. É comum encontrar vínculos empregatícios ausentes, salários registrados incorretamente ou períodos sem recolhimento. Esses erros podem impactar diretamente no cálculo da aposentadoria.

Outro ponto importante é entender qual modalidade de aposentadoria melhor se encaixa na realidade de cada segurado. Atualmente existem regras de transição, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e outras modalidades previstas pela legislação previdenciária. Cada caso precisa ser analisado individualmente.

Os trabalhadores que exerceram atividades insalubres ou perigosas também precisam ficar atentos. Profissionais da saúde, vigilantes, motoristas, trabalhadores rurais e diversas outras categorias podem ter direito a condições diferenciadas de aposentadoria, desde que apresentem a documentação correta.



Muitas pessoas também desconhecem a importância de manter as contribuições em dia. O segurado facultativo, o autônomo e o microempreendedor individual devem realizar os pa-

gamentos corretamente para evitar a perda da qualidade de segurado e garantir acesso não apenas à aposentadoria, mas também a benefícios como auxílio-doença, pensão por morte e salário-maternidade.

Outro fator essencial é guardar documentos ao longo da vida profissional. Carteiras de trabalho antigas, contratos, holerites, PPPs, recibos e comprovantes de contribuição podem ser decisivos no momento de comprovar tempo de serviço perante o INSS.

O planejamento previdenciário se tornou uma ferramenta indispensável. Com uma análise preventiva, é possível descobrir o melhor momento para se aposentar, identificar falhas no histórico contributivo e até aumentar o valor futuro do benefício. Em muitos casos, um pequeno ajuste realizado anos antes da aposentadoria pode gerar uma diferença significativa na renda mensal do segurado.

Também é importante destacar que muitos pedidos negados pelo INSS podem ser revertidos judicialmente. O acompanhamento de um advogado especialista em Direito Previdenciário

oferece maior segurança ao trabalhador e evita prejuízos causados por interpretações equivocadas ou falta de documentos.

Garantir uma aposentadoria tranquila não depende apenas do tempo de trabalho, mas também de informação, organização e planejamento. Buscar orientação especializada é um investimento no futuro e na tranquilidade da família.

A aposentadoria é um direito conquistado com esforço ao longo de toda uma vida. Por isso, o trabalhador deve estar atento e preparado para assegurar que esse benefício seja recebido de forma justa e digna.

Dra. Renata Camilo Milas

Advogada especialista em Direito Previdenciário e Trabalhista, dúvidas, nosso escritório e equipe estamos à disposição. Contato 65 9.8101-5777

EDITORIAL

O exemplo de Getúlio Vargas.

As eleições de 2026 tendem a representar um dos momentos mais decisivos da vida nacional desde a redemocratização. Não estará em disputa apenas a sucessão presidencial ou a composição das forças partidárias. O que se confrontará diante do povo brasileiro serão dois projetos antagônicos de país. De um lado, a defesa da soberania nacional, da reindustrialização, da ciência, do desenvolvimento econômico e dos direitos sociais. Do outro, uma extrema direita marcada pelo entreguismo, pelo obscurantismo cultural e pela submissão política aos interesses estrangeiros.

Nesse debate histórico, torna-se indispensável revisitar a dimensão estadista de Getúlio Vargas. Vargas governou em um dos períodos mais turbulentos da história mundial. Viveu a crise de 1929, o avanço do fascismo europeu, a Segunda Guerra Mundial e a reorganização geopolítica do planeta. Em meio a um mundo em combustão, compreendeu que o Brasil jamais deixaria de ser uma nação periférica enquanto permanecesse dependente da exportação primária e subordinado economicamente às grandes potências.

Sua visão estratégica foi a de construir um projeto nacional de emancipação. Vargas entendeu antes de muitos que soberania política sem soberania eco-

nômica não passa de ilusão. Por isso investiu na industrialização pesada, fortaleceu o papel do Estado, criou empresas estratégicas e estruturou uma legislação trabalhista que integrasse milhões de brasileiros à vida econômica nacional. Seu projeto não era apenas econômico. Era civilizacional. Tratava-se de transformar um país agrário, desigual e dependente em uma nação moderna, industrializada e socialmente integrada.

A relação de Vargas com os Estados Unidos demonstra a dimensão de sua postura soberana. Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, o presidente Franklin Roosevelt veio ao Brasil para se encontrar com Getúlio Vargas em Natal. Não foi apenas um encontro diplomático. Foi o reconhecimento da importância estratégica do Brasil no cenário internacional. Vargas não se colocou como subordinado diante da maior potência do planeta. Atuou de espinha ereta, defendendo os interesses nacionais e utilizando o peso geopolítico brasileiro para conquistar avanços concretos para o desenvolvimento do país, como o financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo da industrialização brasileira.

Getúlio compreendia que nenhuma nação alcança independência real abrindo mão de sua capacidade produtiva, de seus recursos estratégicos e de

sua soberania econômica. Ao lado de nomes como Oswaldo Aranha, transformou o Brasil em um relevante player diplomático internacional, respeitado porque possuía projeto nacional, liderança política e capacidade de negociação.

As eleições de 2026 reconstroem exatamente essa questão histórica. O Brasil decidirá se deseja retomar um caminho de desenvolvimento soberano ou aprofundar uma lógica de dependência externa. Parte da extrema direita brasileira adota um patriotismo contraditório e hipócrita. Enquanto se apresenta como defensora da pátria, reverencia interesses estrangeiros, subordinando-se ideologicamente aos Estados Unidos e trata a soberania nacional como obstáculo ao mercado internacional.

Essa postura manifesta-se na defesa das privatizações indiscriminadas, no enfraquecimento das empresas públicas estratégicas e na destruição dos instrumentos de planejamento do Estado. Sob o discurso da modernização, promove-se a desnacionalização da economia brasileira e a perda da capacidade de decisão sobre energia, infraestrutura, indústria e recursos naturais.

Ao mesmo tempo, esse campo político promove o obscurantismo científico e cultural. Ataca universidades, despreza a produção intelectual e transforma a ignorância em ferramenta

política. Uma nação enfraquecida culturalmente torna-se mais vulnerável à dependência econômica e à submissão internacional.

Diante desse cenário, o grande desafio do campo progressista é apresentar ao povo brasileiro um novo projeto nacional de soberania, industrialização e esperança coletiva. Não basta apenas resistir ao atraso. É necessário reconstruir um horizonte de futuro capaz de mobilizar o país. O Brasil vive hoje uma profunda crise de desesperança. Milhões de brasileiros perderam a confiança na capacidade nacional de crescer, gerar empregos de qualidade e construir justiça social.

Por isso, revisitar Getúlio Vargas não significa olhar para o passado com saudosismo. Significa recuperar a ideia de que o Brasil pode voltar a sonhar grande. Vargas industrializou o país, fortaleceu o Estado nacional e criou nas massas populares a esperança de uma nação pulsante, soberana e socialmente integrada. Esse talvez seja o grande debate de 2026: decidir se o Brasil continuará aprisionado à dependência e ao desalento ou se voltará a construir um projeto nacional capaz de devolver rumo, dignidade e esperança ao povo brasileiro.

Henrique Matthiesen
Formado em Direito
Pós-Graduado em Sociologia

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE
Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM

ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

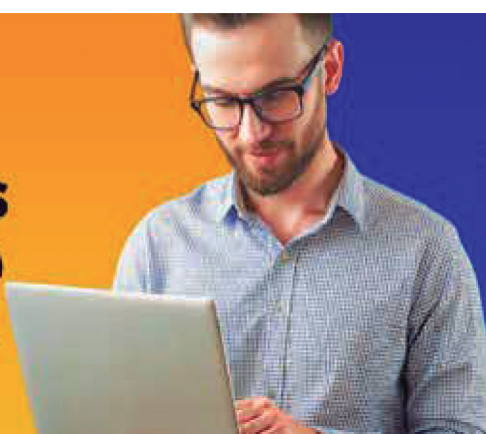
CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

28
ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL.

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N.º 105, EDIFÍCIO EL DORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOSCENTRO OESTE
Popular
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

MAX RUSSI- DEPUTADO ESTADUAL E PRESIDENTE DA ALMT

LUCAS LEITE

“Tudo é construção, tijolo por tijolo”, diz presidente da Assembleia Legislativa sobre trajetória política

JLSIQUEIRA



O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado estadual Max Russi, avaliou uma série de intensa movimentação política no Estado. Na pauta, temas que vão desde a atuação da Casa nas investigações da CPI da Saúde até o acompanhamento de obras estruturantes, como o BRT em Cuiabá e Várzea Grande, além de avaliações sobre o cenário político e possíveis articulações para as eleições futuras.

Durante a conversa, Max Russi destacou o papel institucional da Assembleia na fiscalização e no acompanhamento de investigações, reforçou a necessidade de apuração rigorosa sobre denúncias envolvendo a área da saúde e defendeu que a CPI cumpra sua função com independência e transparência. O parlamentar também comentou o andamento de obras importantes no Estado, a relação com o Executivo e o cenário de formação de novas lideranças políticas em Mato Grosso.

Ao longo da entrevista, o presidente da ALMT ainda abordou temas sensíveis da política estadual, como possíveis candidaturas ao governo e a construção de projetos coletivos dentro de seu grupo político, destacando o momento de organização e fortalecimento de chapas para as próximas eleições.

COPopular- O deputado Wilson Santos afirmou que já possui os elementos necessários para a criação de uma CPI da Saúde. Diante das denúncias e suspeitas levantadas, a investigação deve ser instaurada?

Max Russi- É importante. Eu acredito que toda investigação é necessária. Isso faz parte das prerrogativas e do papel da Assembleia Legislativa. A comissão tem a obrigação de realizar seu trabalho da melhor forma possível.

O processo está sendo acompanhado pela imprensa e pela população em geral. Ao final do prazo da CPI, é fundamental apresentar um relatório que esclareça os fatos e tire as dúvidas da população.

COPopular- O deputado Wilson Santos afirmou que a CPI da Saúde, inicialmente voltada a contratos da pandemia e contratações sem licitação, agora também deve investigar repasses antecipados ao Hospital Albert Einstein. Qual sua avaliação sobre essa nova linha de apuração?

Max Russi- Essa questão chegou ao plenário. Se não me engano, foi o enfermeiro Jamir quem trouxe esse ponto. E eu acredito que toda dúvida levantada pela população, todo esclarecimento que a sociedade pede, a Assembleia está aqui justamente para isso.

Se houve pagamento sem a devida prestação de serviço, isso é grave. Agora, não podemos afirmar isso sem investigação. É preciso apurar os fatos, e a CPI tem instrumentos legítimos para isso, como requerimentos, convocações e demais mecanismos de investigação.

O objetivo é esclarecer não apenas a imprensa, que faz essa pergunta, mas principalmente toda a população. Quero acreditar que não houve nenhum pagamento sem serviço executado. Se isso for comprovado, aí sim teremos um problema sério.

COPopular- Em relação às denúncias de pagamentos indenizatórios sem licitação e possíveis irregularidades na prestação de serviços, quais informações o senhor já tem conhecimento?

Max Russi- Nada. Sei apenas o que acompanhei pela im-

prensa e pelas informações que vieram a público. Agora, quem tem o papel de fazer esse levantamento e apresentar essas informações é, de fato, a CPI. Os cinco membros da comissão são preparados e têm condições de realizar esse trabalho. A imprensa e a população em geral também estão acompanhando tudo de perto. Portanto, precisamos aguardar.

Eu, como presidente, não posso interferir nos trabalhos da comissão ou da CPI em nenhuma hipótese. Meu papel é garantir condições e toda a estrutura necessária para que seja feito um trabalho sério, comprometido e que dê respostas à população.

COPopular- Com a promessa de entrega parcial do BRT até junho de 2026, de que forma a Assembleia Legislativa de Mato Grosso acompanha o cronograma da obra?

Max Russi- Aleluia! Feliz! Muito feliz! O trânsito é com-

“Parlamentar reforça independência da CPI da Saúde e comenta prazos e expectativas sobre o BRT em MT”

plicado, não é? Essa obra era para ter sido concluída em 2014, uma obra vergonhosa para Mato Grosso e para a nossa capital, bem no coração da cidade. A entrega de apenas um trecho não é o que gostaríamos, mas já parabeno ao governador.

Acredito que ele não faria essa afirmação se não tivesse certeza, até porque o prazo é já no próximo mês, cerca de 45 dias para a conclusão. Se ele anunciou, certamente já conversou com a empresa responsável e com os secretários, além de estar cobrando os prazos.

Isso é importante, porque quando se estabelece uma data de entrega, as obras tendem a avançar mais rápido. A população quer a conclusão desse projeto. Então, se ele afirmou, acredito que de fato deva ser concluído.

COPopular- O senhor não considera um risco anunciar uma data de entrega diante de tantos entraves, problemas e processos envolvendo o contrato e sua execução?

Max Russi- Fico feliz com o lançamento da data, confesso que fico satisfeito. Porque agora temos uma data definida, que pode ser apresentada à imprensa, e a população passa a ter uma expectativa concreta. Agora é preciso cumprir esse prazo.

Acredito que o governador Piveta não lançaria uma data se não tivesse segurança dessa entrega. Ele já demonstrou isso em outras situações, como no compromisso feito em fevereiro para a entrega do Ganha Tempo, que inclusive foi cumprido até antes do prazo previsto. Houve agilidade, cobrança da equipe e a entrega foi realizada.

Se ele agir da mesma forma em relação a essa obra, terá todo o nosso respeito e apoio. Quando se estabelece uma data, isso também gera responsabilidade para o governo cumprir.

Para nós, enquanto parlamentares, e também para a imprensa, isso é positivo, porque passa a existir um prazo claro para cobrar a entrega de forma efetiva.

COPopular- Qual é o teor da conversa da presidente Renata com o senhor e como está a articulação em torno

de uma possível candidatura ao governo?

Max Russi- Ela me sondou. Disse que havia feito uma pesquisa e que meu nome aparecia bem posicionado, e perguntou se eu tinha interesse em construir esse projeto.

Eu respondi que sou um político de grupo, não faço projeto individual. Uma candidatura majoritária não pode ser um projeto pessoal, do deputado Marco.

Acredito que esse tipo de candidatura precisa ser construída coletivamente, a partir da base, da população, do grupo político e das ideias que se defende para o Estado.

Por isso, neste momento, não estou focado nesse projeto. Estou à disposição do meu grupo político, trabalhando a construção dentro do meu partido, que é o que estamos fazendo agora.

Foi uma pesquisa de perfil e de avaliação do desejo da população. Isso ocorreu no início, quando ela esteve aqui em um evento. Na ocasião, deixei claro que qualquer construção desse tipo não pode ser de cima para baixo, e sim construída de forma inversa, da base para o topo.

Neste momento, nosso foco é fortalecer a construção de uma chapa para deputados estaduais, buscando eleger seis deputados estaduais e também deputados federais. Com isso, o poder po-

lítico no âmbito municipal sairá fortalecido nessa eleição.

COPopular- Diante de levantamentos que apontam sua crescente projeção política e de uma percepção do eleitorado sobre a necessidade de renovação em cargos executivos, como o senhor avalia o impacto disso em sua trajetória?

Max Russi- Fico feliz em ver esse tipo de colocação vindo da imprensa. Isso é resultado de trabalho, de um processo construído diariamente. É como construir uma casa: tijolo por tijolo, fortalecendo uma base sólida.

Neste momento, precisamos focar no meu mandato como presidente da Assembleia, nessa construção partidária e em outros projetos, já que outros nomes também estão colocados nesse cenário.

Que cada um possa construir e fortalecer seus espaços, e que a presidente apresente um bom plano de governo. Agora é momento de construção, de apresentar boas propostas, porque é isso que a população de Mato Grosso vai avaliar no final.

A escolha será de quem estiver mais preparado para representar, nos próximos quatro anos, o melhor para o Estado de Mato Grosso, que continua crescendo e avançando. Nosso desafio é chegar na ponta e entregar mais qualidade de vida para a população.



RECORDE ESTADUAL

ANA CAROLINA GUERRA

Número de jovens eleitores cresce em Mato Grosso e atinge maior marca dos últimos anos

Estado já contabiliza mais de 47 mil adolescentes aptos a votar

Mato Grosso vive um crescimento histórico na participação de jovens eleitores às vésperas das Eleições 2026. Dados consolidados do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), referentes ao mês de abril, seis dias antes do fechamento do cadastro eleitoral, apontam que o estado já contabilizava 47.756 jovens entre 15 e 17 anos aptos a votar, número que representa aproximadamente 1,83% do eleitorado estadual.

O resultado demonstra um avanço expressivo na participação da juventude no processo democrático, especialmente após anos de oscilações no número de adolescentes com título eleitoral. Em 2016, Mato Grosso registrava 34.956 eleitores de 16 e 17 anos. Em 2018, houve uma pequena queda, com 32.180 jovens aptos ao voto. Já em 2020, durante o período da pandemia da Covid-19, o número despencou para 17.871 adolescentes, praticamente metade do registrado quatro anos antes.

A recuperação começou em 2022, quando o estado voltou a registrar crescimento, alcançando 31.358 jovens eleitores. Em 2024, o número subiu para 34.104 e, em 2026, atingiu a maior marca da série histórica recente, impulsionada principalmente pelas campanhas de conscientização reali-



zadas pela Justiça Eleitoral.

Do total de jovens aptos ao voto neste ano, 4.644 têm 15 anos e completarão 16 até a data da eleição, 16.700 possuem 16 anos e 26.412 têm 17 anos. A presidente do TRE-MT, desembargadora Serly Marcondes Alves, destacou que os números ainda podem crescer, já que o cadastro eleitoral permaneceu aberto até o dia 6 de maio.

Para ampliar o alcance entre os adolescentes, o órgão desenvolveu uma série de ações voltadas ao público jovem. Por meio de cruzamento de dados, identificou que cerca de 157 mil jovens entre 15 e 17 anos ainda poderiam emitir o primeiro título eleitoral. A

partir disso, foi lançada uma campanha de mobilização em parceria com instituições públicas e privadas.

Entre as iniciativas, o tribunal firmou convênios com escolas particulares, Conselho Estadual de Educação, Academia Mato-Grossense de Letras (AML), Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Seciteci-MT), Conselho Estadual de Juventude (Conjuv-MT) e Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (Sinepe-MT). Além disso, um acordo com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) permitiu a realização de mutirões dentro das escolas e o transporte de estudantes até cartórios

eleitorais.

Outra estratégia utilizada pelo TRE-MT foi a adoção de uma linguagem mais próxima da juventude. O "Jogo da Vida Eleitoral" foi lançado como ferramenta educativa para estimular o interesse pelo processo democrático de forma lúdica e interativa.

O programa "Estudante - Cidadão do Futuro" também ganhou destaque em 2026 ao incorporar ações voltadas à consciência eleitoral. A iniciativa impactou cerca de 1.700 estudantes de 20 escolas estaduais, utilizando teatro, oficinas, visitas orientadas ao TRE-MT e concursos de vídeos para aproximar os adolescentes da política e da cidadania.

Além do crescimento no número de jovens eleitores, o fechamento do cadastro eleitoral movimentou milhares de pessoas em Mato Grosso. Segundo balanço divulgado pelo TRE-MT, mais de 52,7 mil atendimentos foram realizados apenas nos três últimos dias antes do encerramento do prazo para regularização eleitoral.

Somente no dia 6 de maio, último dia do prazo, foram registrados 22.683 atendimentos. No dia anterior, foram 17.002, além de outros 13.013 atendimentos nos dias anteriores. Durante todo o mês de abril, haviam sido realizados pouco mais de 11 mil atendimentos, demonstrando que grande parte da população dei-

xou a regularização para os últimos dias.

Para atender à alta demanda, o TRE abriu novos pontos de atendimento em Cuiabá, incluindo unidades na Assembleia Legislativa, Shopping Três Américas e Shopping Goiabeiras, além da utilização da unidade móvel instalada próxima à Casa da Democracia. Além disso, os cartórios eleitorais também receberam reforço no atendimento.

Segundo a presidente do TRE-MT, as medidas ajudaram a reduzir filas e melhorar a organização em comparação ao fechamento cadastral das eleições anteriores. Ela ressaltou, no entanto, a necessidade de uma mudança cultural para evitar a procura concentrada apenas nos últimos dias do prazo.

Quem não regularizou a situação eleitoral dentro do período estabelecido poderá enfrentar restrições administrativas, como impedimento para emissão de passaporte, matrícula em instituições públicas e posse em cargos públicos.

Com a participação crescente da juventude e o fortalecimento das campanhas de conscientização, Mato Grosso chega às Eleições 2026 com uma das maiores mobilizações de jovens dos últimos anos, reforçando o protagonismo das novas gerações no cenário democrático estadual.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

CENTRO OESTE
Popular
26 ANOS

INVESTIGAÇÃO ELEITORAL

MAYKON MILAS

Naco, Gaeco e Policia Federal podem estragar planos de possíveis candidatos em 2026 em Mato Grosso

Fortalecimento das ações de combate à corrupção eleitoral preocupa lideranças políticas e pode redefinir o cenário das eleições

O avanço das investigações conduzidas pelo Naco, Gaeco e Polícia Federal pode provocar um verdadeiro terremoto político em Mato Grosso nas eleições de 2026. Nos bastidores, lideranças políticas, pré-candidatos e grupos partidários acompanham com preocupação o fortalecimento das ações de fiscalização eleitoral e combate à corrupção no estado.

A tendência é de uma eleição marcada por forte atuação dos órgãos de controle, especialmente diante da crescente pressão nacional por transparência, combate ao crime organizado e fiscalização do uso da máquina pública. Em Mato Grosso, o cenário já começa a ganhar contornos de tensão política e jurídica.

O Ministério Público Federal e o Ministério Público de Mato Grosso firmaram recentemente uma parceria inédita para atuação conjunta durante o processo eleitoral de 2026. O objetivo é acelerar inves-



tigações, compartilhar informações e reforçar o monitoramento de possíveis irregularidades eleitorais no estado.

Segundo o acordo, a cooperação permitirá uma atuação mais rápida em casos considerados complexos ou de grande relevância política, incluindo suspeitas de abuso de poder econômico, uso indevido da máquina pública, caixa dois e

possível infiltração de organizações criminosas no processo eleitoral.

Nos bastidores da política mato-grossense, cresce a avaliação de que operações policiais e investigações do Gaeco e da Polícia Federal podem comprometer projetos políticos considerados fortes para a disputa de 2026. Isso porque o avanço de investigações em andamento

pode atingir diretamente grupos políticos regionais, empresários ligados a campanhas e agentes públicos.

A Polícia Federal já vem intensificando operações envolvendo crimes eleitorais em Mato Grosso. Em março deste ano, por exemplo, uma operação da PF em Sorriso investigou suspeitas relacionadas ao financiamento ilícito de

campanha eleitoral nas eleições municipais passadas.

Especialistas avaliam que o endurecimento da fiscalização eleitoral poderá provocar mudanças estratégicas em partidos e alianças políticas. Muitos grupos já trabalham internamente para evitar desgaste de imagem e possíveis impactos judiciais durante a pré-campanha.

Outro fator que preocupa o meio político é o fortalecimento das estruturas de inteligência dos órgãos de investigação. O cruzamento de dados bancários, movimentações financeiras, contratos públicos e prestação de contas eleitorais deve ganhar ainda mais rigor nos próximos meses.

Além disso, órgãos estaduais também vêm alertando sobre o uso indevido da estrutura pública durante o período eleitoral. Cartilhas divulgadas por instituições de controle em Mato Grosso reforçam que agentes públicos poderão responder por con-

duitas vedadas e abuso de poder político.

Enquanto isso, o cenário eleitoral em Mato Grosso segue em intensa movimentação. Pesquisas eleitorais já começam a apontar possíveis nomes para a disputa ao Governo do Estado e Senado em 2026, ampliando ainda mais a tensão nos bastidores políticos.

Analistas políticos afirmam que a combinação entre investigações, operações policiais e fiscalização rigorosa poderá redefinir completamente o cenário eleitoral mato-grossense. Em um ambiente de forte polarização e cobrança popular por ética na política, qualquer investigação de grande repercussão pode comprometer alianças, enfraquecer candidaturas e alterar estratégias partidárias.

Nos corredores da política estadual, muitos avaliam que 2026 poderá ser uma das eleições mais imprevisíveis e judicializadas da história recente de Mato Grosso.

MEIO AMBIENTE e PREVIDÊNCIA SOCIAL estão no RADAR



O Radar de Controle Público é uma ferramenta que permite a todo cidadão acompanhar a gestão dos recursos públicos em Mato Grosso. E agora, com os módulos que monitoram o **Meio Ambiente** e a **Previdência Social**, é possível saber de perto se o dinheiro está sendo bem utilizado, em busca de um estado mais sustentável e que cuide bem de sua gente.



CONFERE LÁ:



RADAR.TCE.MT.GOV.BR

TCEMatoGrosso



ARTICULAÇÃO

REDAÇÃO

Ex-deputado Mauro Savi deve retornar à AL impulsionado por serviços prestados nos 141 municípios de MT

Apoio regional, experiência política e relação próxima com prefeitos podem impulsionar eventual retorno de Mauro Savi ao parlamento estadual

O cenário político de Mato Grosso começa a ganhar novos contornos para as próximas eleições estaduais, e um dos nomes que volta a ganhar força nos bastidores é o do ex-deputado estadual Mauro Savi. Conhecido por sua forte atuação municipalista e pela ampla articulação política construída ao longo de décadas, Savi aparece como um dos possíveis nomes competitivos para retornar à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Com trânsito político consolidado em praticamente todas as regiões do estado, Mauro Savi mantém forte influência junto a lideranças comunitárias, prefeitos, vereadores e representantes do setor produtivo. Analistas políticos avaliam que sua experiência administrativa e o histórico de atendimento às demandas municipais podem ser fatores decisivos para um eventual retorno ao



parlamento estadual.

Durante seus mandatos, Mauro Savi ficou conhecido por defender pautas ligadas à infraestrutura, agricultura, logística, saúde pública e fortalecimento das cidades do interior. Em diversos municípios, obras e investimentos conquistados durante

sua atuação parlamentar ainda são lembrados por lideranças locais.

Nos bastidores, muitos prefeitos destacam que Savi sempre manteve postura municipalista, buscando recursos e auxiliando cidades independentemente de alinhamentos partidários. Essa característica ajude

o ex-parlamentar a construir uma rede política sólida nos 141 municípios mato-grossenses.

Além disso, interlocutores ligados ao setor político afirmam que Mauro Savi possui amplo conhecimento sobre o funcionamento administrativo do estado, experiência considerada importante

em um momento em que Mato Grosso enfrenta desafios relacionados ao crescimento populacional, expansão agrícola e necessidade de investimentos em infraestrutura.

A eventual candidatura do ex-deputado também é vista como competitiva pela capacidade de diálogo construída ao longo dos anos. Mesmo fora de mandato, Mauro Savi continua participando de encontros políticos, eventos regionais e debates sobre o desenvolvimento econômico de Mato Grosso.

Em várias regiões do estado, lideranças acreditam que o eleitor mato-grossense poderá priorizar nomes experientes e com histórico de prestação de serviços. Nesse contexto, Mauro Savi aparece entre os nomes lembrados por grupos políticos que defendem maior atenção às necessidades do interior.

O fortalecimento de sua possível candidatura também estaria relacionado ao reconhecimento popular obtido em municípios onde sua atuação ajudou na viabilização de obras estruturantes, melhorias urbanas e investimentos em setores essenciais.

Especialistas avaliam que a próxima disputa para a Assembleia Legislativa deverá ser marcada por forte concorrência, porém nomes com trajetória consolidada e serviços prestados tendem a sair na frente junto ao eleitorado regionalizado de Mato Grosso.

Caso confirme candidatura, Mauro Savi deverá construir uma campanha baseada na experiência política, no municipalismo e no relacionamento próximo com lideranças locais, fatores que historicamente tiveram peso importante nas eleições estaduais mato-grossenses.

AUSÊNCIA DE SEGURANÇA

ANA CAROLINA GUERRA

Redes sociais, bullying e falta de estrutura ampliam violência entre jovens em Mato Grosso

Crescimento de agressões em escolas de Mato Grosso preocupa especialistas e reforça debate sobre saúde mental, redes sociais e violência juvenil

O avanço da violência entre jovens e adolescentes em Mato Grosso tem acendido um alerta entre especialistas e autoridades, especialmente diante do crescimento de casos registrados no ambiente escolar e da influência cada vez maior das redes sociais no comportamento dessa população. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), do IBGE, mostram que mais de 10% dos estudantes entre 13 e 17 anos no estado já se envolveram em agressões físicas contra colegas, enquanto os episódios recorrentes praticamente dobraram nos últimos anos, passando de 5,5% em 2019 para 10% em 2024. O levantamento também aponta que cerca de 16% dos alunos deixaram de frequentar a escola ao menos uma vez em um período de 30 dias por se sentirem inseguros, evidenciando o impacto direto da violência na rotina escolar.

Para especialistas, esse cenário está relacionado a múltiplos fatores, entre eles a forma como os jovens se socializam atualmente. A socióloga Carolina Ricardo, diretora do Instituto Sou da Paz, avalia que as redes sociais ampliaram o contato com conteúdos violentos



e com comunidades que incentivam discursos de ódio e comportamentos extremos. Segundo ela, adolescentes que enfrentam situações de exclusão, como bullying, tornam-se mais vulneráveis a esse tipo de influência, o que pode contribuir para o agravamento de atitudes agressivas.

Já o professor Fernando Cássio afirma que o problema não pode ser reduzido a fatores individuais. Segundo ele, existem elementos estruturais na sociedade brasileira, como a normalização da violência e a ausência de enfrentamento histórico a práticas autoritárias, que também

contribuem para esse cenário.

Outro ponto de preocupação é a forma como crimes violentos são expostos e disseminados, especialmente nas redes sociais. Conteúdos que detalham ataques ou exaltam seus autores acabam circulando com facilidade, podendo servir como referência para novos episódios. Especialistas alertam que esse tipo de exposição pode funcionar como incentivo para pessoas em situação de vulnerabilidade emocional, que passam a enxergar na violência uma forma de ganhar visibilidade ou responder a frustrações.

Casos recentes registrados em Mato Grosso reforçam esse cenário. Em Jaciara, um adolescente de 17 anos agrediu um colega dentro da sala de aula. Em Sorriso, uma estudante de 14 anos desmaiou após ser atacada por outra aluna na saída da escola. Já em Cuiabá, denúncias apontam uma sequência de episódios de violência em uma unidade escolar do bairro Tijucal, com registros de brigas frequentes, desrespeito e agressões contra servidores.

Em um dos casos, uma confusão iniciada no banheiro se espalhou pelo pátio e gerou tumulto generalizado,



dificultando a intervenção de funcionários e evidenciando a dificuldade de controle da situação.

O levantamento também indica que o bullying segue como um dos principais fatores associados à violência escolar. Entre os motivos mais citados estão aparência física, raça, religião, sotaque e orientação sexual, mostrando que o problema está presente em diferentes contextos sociais e atinge tanto escolas públicas quanto privadas.

Especialistas apontam ainda que a ausência de estrutura adequada nas unidades de ensino contribui para o agravamento do problema. A falta de profissionais capacitados, suporte psicológico insuficiente e dificuldades na mediação de conflitos são desafios recorrentes. Para

a psiquiatra Danielle Admoni, adolescentes são mais suscetíveis a discursos extremistas por estarem em fase de desenvolvimento e busca por pertencimento, o que aumenta o risco de adesão a comportamentos de risco.

Diante desse cenário, estudiosos defendem a criação de políticas públicas mais amplas e integradas, envolvendo escola, família e poder público. Medidas como fortalecimento do acompanhamento psicossocial, educação emocional, orientação sobre o uso das redes sociais e maior integração da comunidade escolar são apontadas como caminhos possíveis. Ao mesmo tempo, há consenso de que ações isoladas, como o aumento do policiamento dentro das escolas, não são suficientes para resolver o problema.

RÁPIDA EVOLUÇÃO

ANA CAROLINA GUERRA

Mato Grosso registra aumento de casos e mortes por meningite e especialistas alertam para riscos da doença

O aumento dos casos de meningite em Mato Grosso tem preocupado autoridades de saúde e famílias em diversas regiões do estado. Dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) apontam que, entre janeiro e maio de 2026, foram registrados 33 casos da doença e oito mortes. No mesmo período de 2025, o estado havia contabilizado 32 casos e sete óbitos. Apesar da diferença aparentemente pequena, especialistas alertam que a meningite é uma doença grave, de rápida evolução e que pode provocar sequelas permanentes ou levar à morte em poucas horas.

A preocupação aumentou após a confirmação das mortes de Izabella Vitória de Oliveira Pinto, de 13 anos, e Cecília Emanuele de Melo, de 5 anos, em Sinop, vítimas de meningite do tipo B. Após atualização do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), os dois casos passaram a integrar os dados oficiais do estado. Segundo a



SES, apesar do crescimento nas notificações, não há indicativo de surto em Mato Grosso, mas os casos seguem sendo monitorados pela Vigilância Epidemiológica, em parceria com os municípios e unidades de saúde.

A meningite é uma inflamação das meninges, membra-

nas que revestem o cérebro e a medula espinhal. A doença pode ser causada por vírus, bactérias, fungos e outros micro-organismos, mas a forma bacteriana é considerada a mais grave. Quando provocada por bactérias, a infecção pode evoluir rapidamente e desencadear compli-

cações sérias, como inchaço cerebral, convulsões, perda auditiva, comprometimentos neurológicos, dificuldade motora, choque séptico e até falência de órgãos.

Os sintomas variam conforme a idade do paciente, mas os sinais mais comuns incluem febre alta súbita, dor de cabeça

intensa, rigidez na nuca, vômitos, sonolência, sensibilidade à luz, irritabilidade e confusão mental. Em crianças pequenas, também podem surgir choro persistente, recusa alimentar e dificuldade para acordar. Em casos mais graves, podem aparecer manchas avermelhadas ou arroxeadas pelo corpo e convulsões.

O diagnóstico é feito por avaliação clínica e exames específicos, principalmente a punção lombar, procedimento utilizado para analisar o líquido cefalorraquidiano. Como a doença pode evoluir rapidamente, o tratamento imediato é essencial. O tratamento costuma ser iniciado imediatamente, muitas vezes antes da confirmação laboratorial. Os pacientes recebem antibióticos, corticosteroides e acompanhamento intensivo para evitar complicações.

De acordo com especialistas, a vacinação continua sendo a forma mais eficaz de prevenção. O Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza

gratuitamente vacinas contra meningite meningocócica C, meningocócica ACWY, pneumocócica e Haemophilus influenzae tipo B. No entanto, a vacina contra o tipo B ainda não é oferecida gratuitamente na rede pública e pode custar cerca de R\$ 800 na rede privada, o que dificulta o acesso para parte da população.

A SES-MT reforça que é essencial manter a caderneta vacinal atualizada, especialmente entre crianças e adolescentes, além de procurar atendimento médico imediato diante de sintomas suspeitos. A secretaria também alerta para os riscos da automedicação e do uso inadequado de antibióticos sem orientação médica.

Mesmo sem a caracterização de surto, o avanço dos casos em 2026 acende um sinal de atenção para a população e reforça a importância da prevenção, do diagnóstico precoce e da informação correta sobre a doença.

SÃO MAIS DE

30.000 MIL

EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE



É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

RETORNANDO DEBATE

ANA CAROLINA GUERRA

Deputado bolsonarista volta a gerar polêmica com projeto contra hormonização de menores

Proposta apresentada na Assembleia de Mato Grosso reacende discussão sobre direitos de adolescentes trans e acesso a acompanhamento médico

O deputado estadual Gilberto Cattani (PL) voltou a defender o projeto de lei que pretende proibir procedimentos de hormonização e transição hormonal em crianças e adolescentes em Mato Grosso. Durante entrevista, o parlamentar afirmou que a proposta tem como objetivo impedir que menores de idade sejam submetidos a tratamentos hormonais antes de possuírem, segundo ele, maturidade suficiente para decidir sobre o próprio corpo.

O projeto, no entanto, tem gerado debates e críticas de setores ligados à saúde, direitos humanos e movimentos LGBTQIA+, que apontam possíveis impactos sobre o atendimento de adolescentes trans e o acesso a tratamentos acompanhados por equipes médicas especializadas.

De acordo com Cattani, a proposta busca estabelecer que decisões relacionadas à transição hormonal ocorram apenas na fase adulta. Para o deputado, crianças e adoles-



centes ainda não possuem autonomia suficiente para definir questões relacionadas ao tema.

“A criança ainda não tem entendimento suficiente para tomar uma decisão definitiva como essa. Quando for adulta, poderá fazer o que quiser, mas enquanto criança não pode ser incentivada ou submetida a uma transição hor-

monal”, declarou.

Ao defender a proposta, o parlamentar argumentou que menores de idade podem ser influenciados por decisões tomadas por adultos e reforçou que o principal objetivo do texto é impedir a hormonização precoce. Questionado sobre qual seria a idade adequada para esse tipo de escolha, afirmou que

o parâmetro utilizado é a própria legislação brasileira, que estabelece os 18 anos como marco da maioridade civil.

Especialistas e entidades que acompanham a pauta afirmam, porém, que o debate envolve questões médicas, psicológicas e sociais complexas. Organizações ligadas à população trans defendem que

casos envolvendo adolescentes devem ser analisados individualmente, com acompanhamento profissional, suporte familiar e avaliação multidisciplinar.

Durante a entrevista, Cattani também comentou sobre o debate envolvendo a redução da maioridade penal. Embora tenha se declarado favorável à discussão, ressaltou que os temas não devem ser tratados da mesma forma. Segundo ele, qualquer eventual mudança na legislação sobre maioridade impactaria outros direitos relacionados à capacidade civil.

“Hoje a maioria é aos 18 anos. Se isso mudar, muda para tudo”, afirmou.

Além do debate sobre o projeto de lei, o integrante do PL comentou assuntos ligados ao cenário político nacional. Ao falar sobre investigações envolvendo nomes associados à direita, defendeu que qualquer pessoa acusada de corrupção deve responder judicialmente caso haja comprovação de irregularidades.

“Se roubou, tem que pagar. Não importa quem seja”, declarou.

Outro tema abordado foi a polêmica envolvendo a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em relação à empresa Ypê. Sem apresentar acusações diretas, afirmou acreditar que órgãos públicos podem ser utilizados politicamente por governos.

“A Anvisa pode ser usada politicamente porque está ligada ao governo. Se foi usada ou não, não sei, mas acredito que pode acontecer”, disse.

O parlamentar também comentou sobre as movimentações internas do Partido Liberal em Mato Grosso e defendeu que prefeitos e lideranças políticas tenham liberdade para apoiar diferentes projetos dentro das disputas majoritárias. Segundo ele, parlamentares possuem restrições partidárias diferentes das candidaturas majoritárias, que têm maior liberdade para mudanças de posicionamento e alianças políticas.

CAMARA X PREFEITURA

LUCAS LEITE

Júlio Campos critica clima político em VG: “É lamentável esse nível de conflito”

Deputado afirma que conflitos políticos estão prejudicando o debate sobre problemas estruturais do município, como infraestrutura e serviços públicos

O deputado estadual e ex-prefeito de Várzea Grande, Júlio Campos, avaliou a situação atual do município em meio às comemorações pelos 159 anos de fundação da cidade, celebrados em 15 de maio. O parlamentar destacou a importância histórica, econômica e política de Várzea Grande para Mato Grosso, comentou os desafios da gestão pública local e abordou o cenário de tensão entre Executivo e Legislativo municipal, além de fazer reflexões sobre o futuro político da cidade.

Campos ressaltou o simbolismo da data comemorativa e a trajetória histórica do município, que, segundo ele, possui uma origem ligada ao período pós-Guerra do Paraguai. Ele lembrou que Várzea Grande teria sido criada em 1867 pelo então presidente da província de Mato Grosso, José Vieira Couto de Magalhães, como um espaço de acolhimento para prisioneiros e deslocados da fronteira. Para o parlamentar, essa origem ajuda a explicar parte da identidade cultural da cidade. “Várzea Grande é uma cidade com uma história muito rica, que nasce desse contexto de acolhimento e da presença de migrantes que ajudaram a construir nossa identidade”, afirmou.



O deputado destacou o vínculo pessoal e familiar com o município, reforçando que nasceu na cidade e que sua família tem forte participação em sua formação histórica e política. Ele ressaltou que essa relação amplia seu compromisso com o desenvolvimento local.

“Eu tenho uma história de vida totalmente ligada a Várzea Grande. Aqui nasceram meus pais, meus avós e é uma cidade com a qual tenho profunda gratidão”, disse.

Em relação ao cenário atual, Júlio Campos afirmou que Várzea Grande ocupa hoje posição de destaque em Mato Grosso, sendo a segunda cidade mais populosa do estado e também o segundo maior

colégio eleitoral, com mais de 200 mil eleitores. Para ele, esse crescimento reforça a importância política do município.

“Várzea Grande hoje é uma das cidades mais importantes do estado, não só pela população, mas também pela força do seu eleitorado”, declarou.

Durante a entrevista, o parlamentar também comentou sua relação com a atual gestão municipal, comandada pela prefeita Flávia Moretti. Apesar de estarem em campos políticos diferentes, ele afirmou manter apoio institucional e colaboração com o Executivo.

“Independente de posição política, eu tenho ajudado a gestão atual. Não existe razão para criar con-

flicto com a administração da cidade”, afirmou.

Campos informou ainda que destinou cerca de R\$ 2,3 milhões em emendas parlamentares para Várzea Grande, voltadas a áreas como saúde, cultura e recuperação de patrimônios históricos. Entre os projetos citados estão a reconstrução da Igreja Nossa Senhora da Guia e do Centro de Artes e Cultura do município.

“Este ano destinei recursos importantes para a saúde e também para projetos culturais e históricos da cidade”, disse.

Ao comentar o ambiente político local, o deputado demonstrou preocupação com a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, que, segundo

ele, atravessa um momento de tensão e conflitos internos. Ele avaliou que esse cenário prejudica a administração pública e afasta o foco das necessidades da população.

“É lamentável ver esse nível de conflito político. Várzea Grande tem problemas muito mais urgentes para serem resolvidos”, declarou.

Campos citou ainda questões estruturais do município, como abastecimento de água, infraestrutura urbana e limpeza pública, defendendo a necessidade de maior investimento nessas áreas.

“Temos desafios sérios, como água, esgoto e infraestrutura. Isso deveria estar acima de qualquer disputa política”, afirmou.

O parlamentar também comentou a disputa pela presidência da Câmara Municipal de Várzea Grande, que ocorre em meio a forte polarização política. Ele disse não ter participado diretamente das articulações e defendeu autonomia dos vereadores na escolha de suas lideranças.

“Não cabe a mim interferir na escolha da Câmara. Os vereadores têm liberdade para decidir seus caminhos”, destacou.

Em outro momento da entrevista, Júlio Campos falou sobre a escalada de tensões políticas recentes

na cidade e afirmou que o atual cenário foge do padrão histórico de Várzea Grande, que, segundo ele, já viveu períodos de maior harmonia institucional.

“No passado, havia mais equilíbrio entre os poderes. Hoje, infelizmente, vemos um ambiente mais desgastado”, avaliou.

O deputado também mencionou a possibilidade de mediação política para reduzir conflitos locais, sugerindo que lideranças estaduais possam contribuir para uma solução.

“Seria importante uma construção de diálogo mais amplo para ajudar a pacificar a situação em Várzea Grande”, disse.

Ao ser questionado sobre o futuro político, Campos afirmou que já ocupou diversos cargos ao longo da carreira e que acredita ser o momento de estimular novas lideranças no município.

“Eu já tive a oportunidade de ser prefeito, governador, deputado e senador. Agora é hora de abrir espaço para novas gerações”, declarou.

Ele finalizou defendendo a renovação política como forma de garantir continuidade ao desenvolvimento do município.

“Precisamos incentivar novos nomes, novas ideias e novas lideranças para o futuro de Várzea Grande”, concluiu.